

Revista Educação Especial :: edição: 2007 - Nº 30 > Editorial > Índice > Resumo >
Artigo

Educação sexual de pessoas com deficiência mental¹

Tania Mara Zancanaro Pieczkowski*

Constata-se que falar em sexualidade de pessoas com deficiência mental é um tabu. Manifestações de ansiedade referentes ao assunto são presenciadas no cotidiano. Considera-se importante favorecer a compreensão de que a sexualidade é parte integrante da vida, o que não justifica a inquietação para abordar essa temática, pois é um atributo humano. Percebe-se que a abordagem do referido tema prioriza aspectos anatômicos e se mostra fragmentada, imbricada à culpa e ao medo. É importante conscientizar a sociedade, principalmente as famílias de pessoas com deficiência mental e profissionais que atuam com esse grupo, que pessoas com deficiência mental não são assexuadas, tampouco têm sua sexualidade incontrolável. Também é imprescindível instrumentalizar os profissionais e familiares para tomar atitudes coerentes ao se depararem com manifestações de sexualidade do aluno/filho com deficiência mental.

Palavras-chave: Sexualidade. Deficiência Mental. Direitos Humanos. Educação. Orientação.

* Professora do Centro de Ciências da Educação da UNOCHAPECÓ.

O presente texto relata aspectos do projeto de trabalho desenvolvido no período de 1999 a 2001, em uma escola especial que atende a pessoas com deficiência mental, onde a autora desempenhou, naquele período, a função de coordenadora pedagógica e, juntamente com a psicóloga da instituição, coordenou as discussões. O projeto surgiu da necessidade vivenciada no contexto onde foi desenvolvido, uma vez que, freqüentemente, as profissionais mencionadas eram solicitadas pela equipe docente, funcionários e famílias, para intervir ou conversar com alunos que expressavam sua sexualidade de alguma forma, seja através do namoro, seja através da manipulação dos próprios genitais, ou do ato de abraçar ou tocar o corpo de outras pessoas, entre outras manifestações. O trabalho foi registrado e fundamentado teoricamente pela autora e o texto foi sendo reestruturado com base em novos estudos e pesquisa sobre o tema.

Parte-se da afirmação de que a diferença incomoda e que o conceito e o uso da norma são entendidos como forma de dominação. Veiga-Neto (2001, p. 107-108) faz referência à diferença "como aquilo que contamina a pretensa pureza, a suposta ordem, a presumida perfeição do mundo". Afirma que a diferença é pensada como "uma mancha no mundo, na medida em que os diferentes teimam em não se manterem dentro dos limites nítidos, precisos, com os quais o Iluminismo sonhou geometrizar o mundo" (VEIGA-NETO, 2001, p. 108). Assim, em nossa cultura, algumas pessoas que se desenvolvem de forma diferente, como as que apresentam deficiência mental, são rotuladas de deficientes. O termo que, na atualidade, pretende ser "politicamente correto" ao fazer esta referência é "pessoas com necessidades especiais". Porém, de nada adianta a freqüente mudança de termos com o intuito de encontrar eufemismos, se o conceito permanece carregado de estigmas.

Gheerpelli afirma que, quando nasce uma criança com necessidades especiais, para os pais, as chances de os bebês sobreviverem são mínimas. Especificamente, a deficiência mental mata o filho idealizado. Diferentemente do que ocorre com os outros pais, os que têm um filho com deficiência precisam se defrontar mais rapidamente com o bebê real. "[...] o futuro que se apresenta aos pais é quase sempre incógnito e sombrio, bem diferente daquele que sonharam. Jamais se cogita que a criança com deficiência mental é um ser humano com possibilidades de ser feliz" (GHEERPELLI, 1995, p. 40-41).

Vários autores relatam que, ao tomar conhecimento que os filhos apresentam necessidades especiais, os pais experimentam sentimento de perda do filho desejado, manifestado através da negação, da autopiedade, do medo, do desejo de cura, da superproteção/rejeição, entre outros. Mannoni (apud REGEN, ARDORE ; HOFFMANN, 1993, p. 11) afirma que:

[...] os pais experimentam uma decepção ao tomar conhecimento de que o filho é portador de uma deficiência. O nascimento de um filho faz reviver, na fantasia da mãe, sua própria infância, ocupando o lugar do sonho perdido, preenchendo o que faltou ou reparando o que não se realizou na história da vida materna. A vinda de um filho doente ou deficiente causa um choque à mãe, pois renovam-se os vazios, voltam as frustrações vividas antes e que a vinda de um filho tinha por missão resolver [...]

Desta forma, a família não se relaciona com a criança concreta, mas com representações históricas, carregadas de estigma. Para Glat (1989, p. 21):

Pode-se dizer que a estigmatização das pessoas portadoras de deficiência mental provém não somente de fatores orgânico-patológicos, mas também por seu comportamento ser desviante do modelo socialmente aceito de normalidade. Para uma análise do fenômeno da deficiência mental, então, é fundamental que se considere o relacionamento entre o diagnóstico de deficiência e o ideal de homem inserido nos diversos momentos da evolução cultural.

Sklair também se posiciona nesse sentido, ao afirmar que "a alteridade deficiente raras vezes é vista como pertencendo a uma nação, sendo cidadãos e sujeitos políticos, articulando-se em movimentos sociais, possuidores de sexualidade, [...] e atores/produtores de narrativas próprias" (1999, p. 17).

Glat (1989, p. 20), ao manifestar-se acerca da estigmatização, afirma que:

Vários autores têm discutido o quanto é degradante para uma pessoa (e seus familiares), ser rotulado como deficiente mental [...]. Esse rótulo acarreta um julgamento antecipado do indivíduo, como alguém totalmente desprovido de raciocínio, potencial de aprendizagem, ou qualquer tipo de desempenho formal ou acadêmico [...].

Outro estereótipo freqüentemente associado à pessoa com deficiência mental, é sua aparente incapacidade de analisar sua vida e expressar seus sentimentos, de dizer quem são e o que desejam. [...] Enquanto [...] as pessoas com deficiências físicas ou sensoriais estão de integrando cada vez mais na vida da comunidade, aquelas que têm uma deficiência mental continuam isoladas em suas casas e instituições.

Vygotsky (1989) defende que não é apenas a deficiência biológica que define o desenvolvimento das pessoas, mas também as conseqüências sociais dessa deficiência, entre elas, o isolamento, a falta de perspectivas do próprio sujeito e daqueles que o cercam. Afirma também que a deficiência, ao invés de impor limites, pode ser força motriz para a compensação, contrapondo-se a visões deterministas.

Estudos desenvolvidos, assim como o que aqui se apresenta, mostram que o relacionamento amoroso ou sexual de pessoas com deficiência mental é um tema que tem merecido bastante atenção à medida que são divulgados os princípios de normalização² e integração³. A inclusão do debate sobre sexualidade humana, como um dos temas transversais da nova proposta curricular e institucional da educação básica no Brasil, manifesta a importância que o discurso e a concepção assumiram em nossa cultura. Entretanto, falar em sexualidade, e especialmente da sexualidade de pessoas com deficiência mental, normalmente é considerado um tabu. Nesse caso, conforme Dall'Alba (2000, p. 191) "parecem estar envolvidos três tabus, ou seja, a sexualidade, a deficiência mental e a sexualidade da pessoa caracterizada como deficiente mental". Weller (1982) afirma que o comportamento sexual dessas pessoas não é o problema principal, e sim o reflexo do estigma, entendido como o papel atribuído ao indivíduo.

A idéia de que as pessoas com deficiência cumprem o papel que lhes é atribuído socialmente é defendida por Vygotsky, quando se refere ao desenvolvimento e aprendizagem. De acordo com o referido autor (apud MONTEIRO, 1998, p. 74):

[...] desde os primeiros anos de vida a criança que apresenta uma deficiência ocupa uma certa posição social especial, e as suas relações com o mundo começam a transcorrer de maneira diferente das que envolvem as crianças normais. Junto com as características biológicas (núcleo primário da deficiência), começa a constituir-se um núcleo secundário, formado pelas relações sociais [...]

Um olhar atento nos mostra que o tema "educação sexual de pessoas com deficiência mental" tem se popularizado nos últimos tempos, sendo abordado em cursos e congressos e gerado algumas pesquisas na área da Educação Especial, embora no Brasil tais estudos ainda sejam poucos. Segundo Glat (1989), a preocupação, tanto por parte de familiares como profissionais, reside mais em "como lidar com o problema" do que como compreender o fenômeno.

Considera-se importante dialogar abertamente com essa temática, a fim de que famílias, professores, funcionários, estudantes, enfim, todos os envolvidos no processo educacional de pessoas com deficiência mental possam compreender que a sexualidade é parte integrante da vida e não pode ser negada. Observa-se que há uma certa inquietação para abordar esse tema, especialmente nos aspectos do permitido, do prazeroso e do humano, priorizando-se mais a sexualidade biologizada, anatômica, fragmentada, origem de culpas. A dicotomia bem/mal se torna presente em expressões como: "ele é deficiente, mas 'isso' sabe fazer", quando a pessoa com deficiência mental expressa de alguma maneira sua sexualidade. Essas manifestações são presenciadas no cotidiano, quer provenientes de profissionais ou familiares de educandos.

Surge o desafio de perceber a pessoa com necessidades especiais como inteira, dotada de afeto, cultura, história e sexualidade.

Para a compreensão das representações acerca da sexualidade, é necessário conhecer influências históricas sobre essa temática. Pode-se dizer que a concepção de sexualidade é uma construção cultural, sofrendo mudanças de acordo com valores e interesses sociais. Nunes (1987) faz referência a cinco etapas na evolução da sexualidade. Afirma que, a princípio, a sexualidade era vista como sagrada por alguns povos, como os fenícios, que cultuavam a fertilidade simbolizada pelas partes sexuais femininas. Posteriormente, surge uma diferenciação entre as funções sexuais relacionadas à procriação e ao prazer. Nesta segunda fase, o sexo deixa de ser visto como sagrado, e a função da mulher varia entre a reprodução e a prostituição. A terceira etapa sofre a influência da queda do Império Romano, assim como do cristianismo. Conceitos daquela época passam a enfatizar o espírito em detrimento do corpo. As idéias de pecado, de inferno, propagadas na Idade Média, passam a ameaçar o prazer, e o sexo é permitido apenas para a reprodução. A quarta fase é marcada pela organização da sociedade capitalista, na qual a supervalorização do lucro e da produção deixam o sexo-prazer em segundo plano. Na quinta e atual fase, o prazer passa a ser comercializado. É a era dos sex shops, do sexo virtual. Torna-se forte o apelo da mídia ao modelo de corpo perfeito, especialmente o feminino. Criam-se representações sociais de que para ter direito ao sexo, ao prazer, e mesmo à reprodução, é necessário ser padronizado, perfeito, produtivo e consumidor.

Pode-se afirmar que a abordagem econômica liberal, com base nos princípios do mérito individual, impregna fortemente a cultura. Assim, torna-se impossível não refletir na contradição desses princípios em relação à educação de pessoas com deficiências.

Conhecer um pouco da história da sexualidade e refletir acerca dessa dimensão carregada de tabus e preconceitos em pessoas que fogem da norma permite entender por que para as famílias os filhos com deficiência mental são vistos sempre como crianças mesmo na vida adulta e na velhice. É mais confortante para os pais imaginá-los "anjos do bom Deus", "seres assexuados" e não ter que enfrentar desafios sociais, causadores de constrangimentos, a exemplo dos que serão descritos.

Um adolescente com deficiência mental, aqui identificado como "T", costumava masturbar-se, esfregando seu corpo em um poste de luz, nas proximidades de sua casa. Os vizinhos, "em alvoroço", chamavam a polícia que, no camburão, conduzia "T" para casa. Essa medida não o incomodava, muito pelo contrário, "T" expressava alegria em "passear de automóvel". Os policiais, por sua vez, manifestavam despreparo e impotência diante da situação. Para a família o fato era motivo de tristeza e vergonha.

Uma mãe nos procurou assustada, após ser comunicada pela vizinhança de que o filho adolescente aqui caracterizado por "P" masturbava-se atrás de sua casa. A mãe, nos questionava se ele poderia "atacar" as irmãs, as sobrinhas ou outras crianças da comunidade. Essa mãe informava não ter coragem de conversar com o filho sobre suas atitudes e nem sequer comentar o fato com o próprio marido, afirmando que este ficaria "enlouquecido" se tomasse conhecimento. Contudo, bastou orientarmos algumas vezes para que "P" não repetisse o comportamento em locais públicos, o que revela que normalmente as pessoas, chocadas, afastam-se, tomam atitudes extremas e deixam de fazer o mais indicado, ou seja, advertir com firmeza ou informar acerca de padrões de comportamento socialmente aceitos.

No entanto, observou-se famílias superando os preconceitos e desinformação, a exemplo de um casal já idoso, que dizia saber lidar com as manifestações sexuais do filho, orientando-o na escolha de locais privados para tocar o próprio corpo, respeitando-o, por exemplo, durante um banho demorado. Outros diziam ter descoberto revistas expondo corpos nus embaixo do colchão da cama do filho com deficiência mental, e afirmavam que "se o filho as escondia, é porque entendia as regras sociais", e se o surpreendiam olhando a revista ou masturbando-se no quarto, "fechavam a porta como se nada tivessem visto". Relatos do cotidiano, assim como esse feitos, permitiram constatar que é mais difícil, em nossa cultura, abordar a sexualidade de pessoas com deficiência mental do sexo feminino.

Também foram presenciadas cenas em que, de forma irônica, pessoas referem-se a crianças, adolescentes ou adultos com deficiência mental como "meu/minha namorado/a", freqüentemente abraçando-os e criando nestes expectativas de ordem afetiva. Porém, quando eles se apaixonam e na ilusão de serem correspondidos expressam seu sentimento, são afastados, denominados de "tarados ou sexualmente descontrolados".

Como se pode observar pelos relatos apresentados, é imperativa a necessidade de abordar esse tema com famílias e educadores de pessoas com deficiência mental. Orientações que parecem banais são necessárias para o processo de inclusão, a exemplo dos cuidados com a própria higiene após tocar os órgãos genitais.

GuerPELLI (1995) afirma que é polêmica a questão da competência em relação à orientação

sexual: escola ou família? A autora refere-se à educação sexual como algo mais amplo, que começa na família, no relacionamento que os pais estabelecem com o filho e com o qual transmitem valores morais, religiosos, etc. Conforme vai crescendo, a criança recebe informações de outros contextos. Portanto, educação sexual se estende ao longo da vida do indivíduo. Com relação à orientação sexual, muitas vezes é tarefa da escola, num trabalho sistematizado e intencional. Ao informar pessoas com deficiência mental é necessário:

- . fazer com que eles compreendam o que está acontecendo com o próprio corpo,
- . divulgar os principais códigos que regem o comportamento sexual, e
- . oferecer subsídios à família e à instituição para equacionar o relacionamento entre elas e o deficiente, no tocante às condutas sexuais (GUERPELLI, 1995, p. 76).

Conforme Glat (1989), a sexualidade da pessoa com deficiência mental (a não ser nos casos neurologicamente mais prejudicados) não é qualitativamente diferente das demais, mas sempre que esta colocação é feita desencadeia expressões de espanto, descrença e oposição. Lipp (1983, p. 7) comenta:

Quantos pais e professores se preocupam com a idéia de ter que lidar e canalizar essa sexualidade. Quantos pretendem que ela não exista e, então, se surpreendem quando ela não desaparece. Quantos prefeririam que os deficientes mentais fossem também deficientes em seus impulsos sexuais. Tal, porém, não é o caso. Os deficientes mentais têm impulsos sexuais, não maiores ou menores do que os das pessoas normais, mas iguais aos delas. Sexualidade independe de deficiência, seja ela física ou mental.

Gauderer (1987, p. 167) afirma que é fundamental que os pais e profissionais tenham seus conflitos sexuais esclarecidos e resolvidos de alguma maneira, pois a dificuldade em lidar com a sexualidade dos filhos ou alunos com deficiência mental, pode representar a dificuldade em lidar com a sexualidade de maneira geral, ou, conforme Glat (1989, p. 126), "a nossa relutância em aceitar a sexualidade da pessoa com deficiência mental como algo bom, saudável e normal é apenas uma extensão das nossas próprias dificuldades sexuais".

Historicamente, pode-se perceber a dificuldade encontrada para definir a deficiência mental pelos que estudam o tema. Enquanto isso, muita discussão se fez em torno daqueles que "não se enquadram nos padrões de normalidade". Uma das definições que tem encontrado destaque provém da AARM - Associação Americana de Retardo Mental (apud NUNES; FERREIRA, 1993, p. 36) afirmando que:

[...] refere-se a limitações essenciais no desempenho da pessoa, manifestas até os dezoito anos de idade, e é caracterizado pela combinação do funcionamento intelectual significativamente abaixo da média, [...] com limitações relacionadas à conduta adaptativa em duas ou mais áreas das seguintes: comunicação, cuidados pessoais, vida escolar, habilidades sociais, desempenho na comunidade, independência na locomoção, saúde e segurança, desempenho escolar, lazer, trabalho.

Sabe-se que ao se referir a pessoas de maneira geral, ou pessoas que apresentam deficiência mental, a diversidade está presente, ou seja, não estamos nos referindo a um grupo homogêneo. Portanto, é preciso ter em mente o nível de desenvolvimento de cada educando, concebido como sujeito único, fruto das influências biológicas e histórico-culturais e não querer adequá-los a padrões pré-estabelecidos. Rousseau (apud MERANI, 1977, p. 32) já no século XVIII alertava para a intenção de moldagem humana, ao referir-se ao leito de Procustes: "[...] todos devem adaptar-se à sua longitudinalidade e, para conseguir isso, a uns aumenta-se-lhes o tamanho, a outros 'corta-se-lhes' o que sobra".

Gheerpelli (1995) utiliza a terminologia leve, moderada, severa e profunda ao referir-se aos diferentes níveis de deficiência mental, procurando apresentar um perfil aproximado de manifestações da sexualidade para cada grupo.

Ao referir-se à deficiência mental profunda, a autora citada afirma que a condição representa o que chamamos de situação de vida com apoio, não-autônoma. Na puberdade, esses indivíduos podem ter impulsos sexuais e maior inquietude devido às mudanças hormonais características dessa idade. Conseguem satisfação sexual através da estimulação de seu próprio corpo e não têm condições de chegar a um relacionamento sexual por decisão própria e, portanto, iniciar uma vida reprodutiva, a não ser quando são vítimas de abuso sexual.

Para Gheerpelli (1995), pessoas com deficiência mental severa apresentam desenvolvimento intelectual e emocional comparável ao da idade mental de aproximadamente dois ou três anos. Podem falar ou aprender a se comunicar, adquirir hábitos higiênicos básicos, bem como de alimentação e vestimenta. O seu desenvolvimento motor é precário, já observado no primeiro ano de vida. Mesmo sendo dependentes, podem ser capazes de adquirir certa autonomia. A masturbação é uma atividade sexual bastante comum nessas pessoas. As possibilidades de autoproteção são mínimas, existindo

sexual bastante com essas pessoas. As possibilidades de autoproteção são mínimas, existindo condições bastante limitadas para a compreensão de programas de educação sexual, podendo, no entanto, aprender normas de comportamento a partir de orientações concretas.

Pessoas com deficiência mental moderada, no dizer de Gherpelli (1995), apresentam, normalmente, bom desenvolvimento motor e o domínio da fala, adquirem independência para autocuidados, podem apropriar-se da leitura, escrita, cálculos elementares, num ritmo mais lento. Na puberdade, conseguem fazer escolhas afetivas e compartilham contatos de exploração corporal e a descoberta do corpo do outro como fonte de prazer. No entanto, podem não ter consciência do real significado da relação sexual e da reprodução, mas são capazes de desempenhar o ato sexual caso sofram abuso ou sejam estimulados para tal.

A principal característica das pessoas com deficiência mental leve, segundo a autora supra citada, é a incapacidade de resolver determinadas situações-problema; porém, apresentam razoável independência pessoal, compreensão e consciência das possibilidades sexuais e da capacidade de atingir o prazer, manifestando-se com a intencionalidade própria do adolescente. Elegem, também, parceiros/as com interesses afetivos e sexuais e podem não só manter relações sexuais com eles/as, como também iniciar, por vontade própria, a sua vida reprodutiva.

Chama-se a atenção para os perigos desta lógica classificatória, baseada em escalas psicométricas, afirmando que não se trata de negar que limitações substanciais estão presentes em pessoas com deficiência mental acentuada; no entanto, acredita-se que seja qual for o grau de limitação, a transformação sempre é possível se o parâmetro for a própria pessoa e não modelos pré-estabelecidos. Onde está o limite entre um e outro nível? Estes são desafios que a ciência positivista não conseguiu superar.

É freqüente a preocupação das famílias e educadores de que, ao abordar a temática com os filhos/alunos com deficiência mental, os impulsos sexuais sejam despertados e se criem maiores problemas. Gherpelli (1995, p. 78) afirma que não é este o caminho. "O deficiente mental, por suas próprias limitações, já possui dificuldades para entender as modificações que acontecem com o seu corpo. A desinformação tende a piorar o quadro. Ele precisa de alguém que ajude a decifrar aquelas 'coisas absurdas' que estão acontecendo com ele". Afirma, também, que diante da inadequação das pessoas com deficiência mental na manifestação de sua sexualidade, é preciso colocar o limite que a situação exige, explicando as razões numa linguagem compreensível. Elas precisam aprender que, segundo nossa cultura, qualquer atividade que exponha as partes do corpo consideradas privadas deve ser executada onde haja privacidade. A autora alerta para alguns mitos criados para reprimir a masturbação. Há uma crença de que a masturbação provoca loucura e deficiência mental, e certos pais a temem por acreditar que o ato possa acentuar a deficiência de seus filhos.

É possível que esse mito tenha surgido em virtude da dificuldade que os deficientes e certos doentes mentais apresentam em controlar seus impulsos, tornando a atividade mais explícita. Ou mesmo pelo fato de que essas pessoas muitas vezes não têm outras alternativas de prazer. Daí se utilizarem mais da masturbação do que o restante das pessoas [...] (GHERPELLI, 1995, p. 88).

Outro aspecto que merece atenção é a necessidade de envolver a pessoa com deficiência mental em atividades interessantes, uma vez que, freqüentemente, a intensiva masturbação, por exemplo, acontece por falta de outra estimulação, ou seja, não tendo com o que se distrair, passa a se envolver consigo mesma.

Percebe-se que sexualidade é ainda um assunto gerador de ansiedades e de conflitos, atingindo estruturas básicas e profundas dos indivíduos, como: educacionais, culturais e religiosas, e que não são as manifestações sexuais das pessoas portadoras de deficiência mental o problema em si, mas os preconceitos, tabus, medos, enfim, as próprias deficiências na área sexual.

Uma reflexão se faz necessária, ou seja, de que quando nos libertarmos dos preconceitos poderemos perceber os indivíduos caracterizados como deficientes enquanto sujeitos que têm desejos, sentimentos e necessidades sexuais e, ainda, a educação sexual como um dos caminhos para diminuir a segregação e contribuir na construção de sua autonomia.

De acordo com Nunes e Silva (1999, p.169):

Um projeto pedagógico emancipatório de educação sexual deverá ter em conta uma articulação profunda entre o núcleo familiar e a intervenção escolar. Não deverá a escola aceitar a tarefa de substituição do papel da família, no sentido de garantir a esta instituição a definição dos padrões morais consensuais, mas sim apontar para a abordagem científica e formadora de responsabilidades [...]. Deveria a escola propor-se a construir, numa tarefa educativa, vinculações orgânicas com a família e comunidade, de modo a desencadear a elevação da compreensão da sexualidade, não vista como prevaricação, pecado ou permissivismo, mas vista serena e claramente como uma forma de viver o sexo e suas contradições.

Dúvidas e angústias envolvem muitos pais que manifestam espanto ao tomar conhecimento de que o filho com necessidades especiais apresenta sexualidade. Esta postura revela um conceito de pessoas com deficiência mental como "anjos do bom Deus", concepções vigentes na Idade Média. Sujeitos assim concebidos, quando mostram-se como homens ou mulheres, sexuados, tendem a chocar a sociedade que atribui apenas aos que têm autonomia intelectual e financeira o direito de amar e de procriar.

Uma pesquisa desenvolvida por Giami e D'Allones em 1984, citada por Dall'Alba (2000, p. 192), investigou as representações da sexualidade nas pessoas caracterizadas como deficientes, segundo a visão de pais e educadores, e mostra que "para os educadores seus alunos se manifestam sexualmente de modo exacerbado, e para os pais, os filhos parecem permanecer eternas crianças, com uma sexualidade assexuada". Afirma, ainda, que vários estudos apontam que os pais percebem seus filhos infantilizados, isto é, "sem desejos ou necessidades sexuais, não possuindo padrões críticos e valores que favoreçam a participação no mundo adulto e, ainda, cujas manifestações sexuais podem se tornar imprevisíveis e incontroláveis. Para a autora, a sociedade, de uma maneira geral, parece colaborar para manter essa visão infantilizadora.

Constatado esse conflito nas famílias e escola, considerou-se imprescindível dialogar abertamente com o tema. A princípio, reuniuniram-se as famílias em pequenos grupos com a presença dos professores das turmas, assim abordando a temática, freqüentemente diante do desconforto da maioria dos presentes. Conforme Guerpelli (1995, p. 76):

Muitos têm dificuldade não apenas de falar sobre esse tema com deficientes, mas de tocar no assunto seja com quem for [...]. Tais temas não eram abordados no passado, portanto, eles não têm referenciais. A questão é deixada de lado não porque os pais são ignorantes ou não querem o bem do filho, mas por não saberem nem por onde começar. Alguns só tomam uma providência a esse respeito quando os deficientes chegam à puberdade e os impulsos sexuais estão à flor da pele. Contudo, muita coisa poderia ser tratada antes, ainda na infância [...]

O projeto teve continuidade até final de 2001, aprofundando as discussões num diálogo crescente entre professores, funcionários, famílias e trazendo repercussão favorável no trabalho pedagógico. Após a abordagem do tema, constatou-se que muitas famílias sentem mais liberdade em questionar ou relatar suas dúvidas, angústias ou vivências. Observou-se maior tranquilidade por parte dos professores que participaram das discussões em abordar o tema sexualidade humana. Defende-se que a educação sexual na pessoa "dita normal" é importante, e na pessoa portadora de deficiência mental torna-se ainda mais necessária: vai precisar de mais cuidados, mais tempo e mais ensinamentos.

Estudos apontam para a freqüência de casos de abuso sexual em crianças e adultos com deficiência mental, sendo que os autores dos abusos, na maioria das vezes, são pessoas que possuem vínculos com as famílias. Como nem sempre o sujeito com deficiência se sente agredido, mas às vezes entende o gesto como atenção a ele dispensada, raramente denuncia seu agressor, e, mesmo que o fizesse, nem sempre teria crédito. A orientação é uma forma de proteção. Porém, muitos pais argumentam ser difícil falar de sexualidade com os filhos, especialmente os que apresentam deficiência mental. O desconhecimento acerca do assunto dificulta a tarefa aos pais. Defende-se a importância de discutir com as famílias e profissionais da educação temas como afetividade, namoro, relações sexuais, casamento, homossexualismo, abuso sexual, gravidez, esterilização, aborto, planejamento familiar. A discussão franca destes temas facilitará a compreensão de que pessoas com deficiência mental têm necessidades e emoções normais.

Com o intuito de dar voz aos sujeitos desta discussão, apresentam-se duas histórias narradas por um aluno e uma aluna da escola onde o projeto se efetivou. Trata-se do relato de A e B. Ambos os alunos contaram suas histórias, sendo as informações organizadas e registradas pela professora da turma, em atividade de produção textual, com o objetivo de desenvolver nos mesmos o direito de expressão.

A é adulto, apresenta Síndrome de Down e deficiência mental, e assim se expressou:

Conheci a pessoa que eu considero minha namorada na escola e isso aconteceu há muitos anos atrás. Sempre gostei muito do seu jeito, do seu corpo, do seu charme e me apaixonei... Num piquenique, ela concordou em namorar comigo. Fui algumas vezes na casa dela, mas sua família nunca aceitou nosso namoro: eles dizem que eu preciso arrumar trabalho para depois poder namorar. Então, aproveito o ônibus e a dança para ficar perto dela. Adoro esses momentos! Hoje ela não quer mais namorar comigo. Ela diz que quer ser somente minha amiga. Diz que eu sou velho, feio e até me despreza. Tudo isto me deixa triste e eu choro muito. Mas eu acho que ainda posso conquistá-la sendo educado, carinhoso e elegante. Acredito nisso, porque tenho certeza que ela me rejeita por causa de sua família. Por isso tenho esperança de reconquistá-la [...]

O relato de "A", manifesta o conceito difundido social e historicamente, de que o direito ao amor, ao prazer, está vinculado à produção de independência financeira. No entanto, aquelas que conhecemos

ao prazer, está vinculado a produção, a quem, de fato, não obstante, aqueles que conhecem a história de "A", conhecem a beleza de um sentimento que se expressava nas formas mais simples e intensas, como um roçar de testa na despedida, uma reserva de lugar para sentar próximo no refeitório, um dançar de rosto colado, um olhar cheio de brilho, um reclamar de que nunca puderam trocar beijo um apaixonado.

A aluna "B" é adulta, portadora de deficiência múltipla, (física e mental) e necessita de cadeira de rodas para sua locomoção. "B" é dependente para todas as atividades da vida diária e assim como A, também não se apropriou da leitura e escrita. Assim expressou-se "B":

Nasci de parto normal e com algumas semanas de vida apresentei paralisia. Desde cedo, minha família percebeu que eu tinha dificuldades. Minha mãe ficou muito triste quando soube da minha dificuldade e demorou para entender e aceitar esta situação. Mas o tempo foi passando e ela foi aprendendo a conviver comigo. Às vezes fico nervosa por causa da minha dificuldade e tenho vontade de ir embora e não olhar mais para a cara de nenhuma pessoa de minha família. [...] Gosto muito de tomar chimarrão e passear na casa da vizinha. Sinto vontade de sair para conhecer pessoas e lugares, mas minha mãe acha difícil me levar. Gosto muito do J. e o meu sonho é conhecer a família e a casa dele. Também gostaria de morar junto como J. mas não dá, porque a família dele não deixa. Outro sonho que eu tenho é poder caminhar, e se isso acontecesse, a primeira coisa que eu faria seria ir ao encontro de J. Também sonho em um dia tomar banho sozinha e dar um beijo na boca de J. mas ninguém deixa. Reconheço que sou briguenta, mas quando não concordo com as coisas, não consigo ficar calada.

Diante da complexidade do assunto, considera-se que o projeto não encerrou as discussões, muito pelo contrário, com ele emerge a necessidade crescente de construir conhecimentos, de promover o diálogo em uma dimensão humana pouco explorada. Só os primeiros passos foram dados, mas o caminho é longo e passa pela consciência dos direitos humanos.

Defende-se a importância de ouvir o que o sujeito tem a dizer, mesmo aquele com grave comprometimento cognitivo, seja qual for sua a forma de expressão. É preciso olhar a pessoa, as possibilidades, e não visualizar o sujeito somente pelo prisma da deficiência. É necessário compreender que sexualidade vai muito além de genitalidade.

Como se constata nos textos apresentados, mesmo o corpo não considerado pela mídia, pela cultura vigente, como padrão de beleza, guarda em si os sonhos e os desejos presentes em qualquer pessoa. Quem irá dizer que pessoas que apresentam deficiência não têm o direito de sonhar, de desejar, de amar?

Referências

- BRASIL. Secretaria de Educação especial. Política Nacional de Educação Especial: livro I/MEC/ SEESP. Brasília: CORDE, 1994.
- DALL'ALBA. Educação sexual da pessoa caracterizada como deficiente mental: construção da autonomia. In: BIANCHETTI, Lucídio; FREIRE, Ida Mara (Org.). Um olhar sobre a diferença: interação, trabalho e cidadania. 3. ed. Campinas: Papyrus, 2000.
- GAUDERER, E. C. Crianças, adolescentes e nós: questionamentos e emoções. São Paulo: Almed, 1987.
- GHERPELLI, M. H. B. V. Diferente mas não desigual: a sexualidade no deficiente mental. São Paulo: Gente, 1995.
- GLAT, R. Somos iguais a vocês: depoimentos de mulheres com deficiência mental. Rio de Janeiro: Agir, 1989.
- LIPP, M. N. Sexo para deficientes mentais: sexo e excepcional dependente e não-dependente. São Paulo: Cortez, 1983.
- MERANI, A. L. Psicologia e pedagogia (as idéias pedagógicas de Henri Wallon). Lisboa: Ed. Notícias, 1977.
- MONTEIRO, M. da S. A educação especial na perspectiva de Vygotsky. In: FREITAS, Maria Teresa de Assunção (Org.). Vygotsky: um século depois. Juiz de Fora: EDUFJF, 1998.
- NUNES, C.; SILVA, E. Sexualidade e educação. In: LOMBARDI, J. C. (Org.). Pesquisa em educação: história, filosofia e temas transversais. Campinas, SP: Autores Associados, 1999.
- NUNES, L. R. D. de P.; FERREIRA, J. R. Deficiência mental: o que as pesquisas brasileiras têm revelado. Em aberto, ano 13, n. 60, out./dez. 1993.
- REGEN, M.; ARDORE, M. HOFFMANN, V. M. B. Mães e filhos especiais: relato de experiências com grupo de mães de crianças com deficiência. Brasília: CORDE, 1993.
- SKLIAR, C. A invenção e a exclusão da alteridade "deficiente" a partir dos significados da normalidade. Educação & Realidade, Porto Alegre. v. 24. n. 2, jul./dez. 1999.
- VEIGA-NETO, A. Incluir para excluir. In: LARROSA, J.; SKLIAR, C. (Org.). Habitantes de Babel: políticas e poéticas da diferença. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. p. 105-118.
- VIGOTSKY, L. S. Fundamentos da defectologia: Ciudad de La Habana: Pueblo y Educación, 1989. (Obras completas, t. 5)
- WEILER, J. H. A sexualidade do deficiente mental: uma análise sócio-cultural. 1983. Dissertação

Notas

1 Este trabalho, de forma inicial, foi relatado no 1º Simpósio Regional "Corporeidade: uma abordagem transdisciplinar" no período de 18 a 20 de outubro de 2001, promovido pelo Centro de Ciências da Saúde - UNOESC, em Chapecó (SC). Posteriormente, foi apresentado na IV ANPED-SUL - Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul: Na Contracorrente da Universidade Operacional, de 26 a 29 de novembro de 2002, na cidade de Florianópolis (SC), e publicado nos Anais, em forma de resumo e também na íntegra. Para esta edição, o texto foi reestruturado, contemplando novos estudos.

2 O princípio da normalização representa "a base filosófico-ideológica da integração. Não se trata de normalizar as pessoas, mas sim o contexto em que se desenvolvem, ou seja, oferecer, aos portadores de necessidades especiais, modos e condições de vida o mais semelhante possível às formas e condições de vida do resto da sociedade" (BRASIL/SEESP, 1994, p. 22).

3 "É um processo dinâmico de participação das pessoas num contexto relacional, legitimando sua interação nos grupos sociais. A integração implica reciprocidade" (BRASIL/SEESP, 1994, p. 18). Por integração escolar entende-se "Processo gradual e dinâmico que pode tomar distintas formas de acordo com as necessidades e habilidades dos alunos. A integração educativa-escolar refere-se ao processo de educar-ensinar, no mesmo grupo, as crianças com e sem necessidades especiais, durante uma parte ou na totalidade do tempo de permanência na escola" (BRASIL/SEESP, 1994, p. 18).

Correspondência

Tania Mara Zancanaro Pieczkowski - Travessa Hamburgo 79 D - Bairro Presidente Médici - Chapecó - SC CEP 89 801 246.

E-mail: taniazp@unochapeco.edu.br

Recebido em 08 de agosto de 2007

Aprovado em 22 de novembro de 2007

[Edição anterior](#)

[Página inicial](#)

[Próxima edição](#)

Cadernos :: edição: 2007 - Nº 30 > Editorial > Índice > Resumo > **Artigo**